



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – DCASP MUNICÍPIO DE MODELO – MG PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL EXERCÍCIO DE 2022

NOTA 1. Contexto Operacional

A estrutura consolidada do Município de Delfinópolis - MG é composta pelas entidades da administração direta e indireta e Câmara Municipal. O órgão Prefeitura, juntamente com os fundos a ela vinculados e a Câmara Municipal fazem parte da Administração Direta do Município de Delfinópolis-MG.

A Prefeitura é o órgão central responsável pela governabilidade e administração dos interesses públicos do Município. Os fundos municipais que compõe a estrutura da administração direta são: o Fundo Municipal de Saúde de Delfinópolis; Coordenadoria Municipal de Defesa Civil; Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.

NOTA 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

O Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa compreendem as Demonstrações Contábeis Consolidadas das Entidades do município de Delfinópolis - MG, do exercício de 2022, foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Portaria STN Nº 700, DE 10 de Dezembro DE 2014 e Portaria Conjunta STN/SOF Nº 1, DE 10 de Dezembro DE 2014, os Princípios de Contabilidade, as Instruções de Procedimentos Contábeis, Instrução Normativa n.º 04/2018 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e demais disposições normativas vigentes.



NOTA 3. Balanço Patrimonial

Elaborado de acordo com a Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto no artigo 104 e no Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64, e em Atendimento V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

No que tange à sua classificação, os ativos e passivos são segregados e classificados em Circulante e Não Circulante no sentido de permitir análises conclusivas da situação patrimonial da entidade.

3.1. Ativo Circulante

3.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa:

Essa conta compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

	2022
Caixa	0,00
Banco - C/ Movimento	1.017.539,07
Banco – C/Vinculada	7.765.805,10
TOTAL	8.783.344,17



3.1.2. Créditos a Curto Prazo:

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações. O saldo dos Créditos a Curto Prazo foi de R\$ 26.234.463,44.

3.1.3. Demais Créditos a Curto Prazo:

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo. O saldo dos Demais Créditos a Curto Prazo foi de R\$ 339.616,48.

3.1.4. Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O saldo dos Estoques foi de R\$ 3.588.547,62.

3.2. Ativo Não Circulante

3.2.1 Ativo Realizável – Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo. A conta Créditos a Longo Prazo é representada em grande parte pela Dívida Ativa do Município, constituída por impostos vencidos e não pagos no exercício, compreendendo Principal, Juros, Multa e Correção Monetária.

O saldo da Dívida Ativa Tributária foi de R\$ 4.373.253,40, para efeitos de cálculo da provisão para Ajustes de perdas de Dívida Ativa Tributária tomou-se como base os valores incobráveis constantes no sistema tributário e média histórica dos recebimentos.

O saldo da Dívida Ativa Não Tributária foi de R\$ 395.174,16.



3.2.2. Investimentos:

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

3.2.3. Imobilizado:

São os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O saldo do Imobilizado para bens móveis foi de R\$16.325.172,34 e para bens imóveis foi de R\$ 3.716.161,08.

O município de Delfinópolis-MG, em observância ao disposto no art. 13, da Portaria STN nº634/2013, que trata dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP vem estudando os procedimentos previstos no MCASP para mensuração e reconhecimento dos bens imóveis, notadamente os bens de uso comum do povo, visando à adoção destes procedimentos.

3.3. Passivo Circulante:

3.3.1. Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais os empregados ou servidores tenham direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações com vencimento no curto prazo

O saldo do Passivo Circulante com Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a Curto Prazo foi de R\$ 42.772,57.



3.3.2. Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo

Consistem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

O saldo do Passivo Circulante com Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo foi de R\$ 1.892.176,05.

3.3.3. Provisões a Curto Prazo

São os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo, porém, não existe saldo no Passivo Circulante com Provisões a Curto Prazo.

3.3.4. Demais Obrigações a Curto Prazo

Englobam as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. O saldo do Passivo Circulante com Demais Obrigações a Curto Prazo foi de R\$ 2.867.342,80.

3.4. Passivo Não Circulante:

3.4.1. Empréstimos, Financiamentos e Demais obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo. O saldo do Passivo Não



Circulante com Empréstimos, Financiamentos e Demais obrigações a Longo Prazo foi de R\$ 801.986,76.

3.5. Resultados Acumulados

3.5.1. Resultados Acumulados

Consisteno saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. O saldo do Resultado do Exercício foi um superávit de R\$ 8.395.743,49.

NOTA 4. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária e de outras dívidas constam, destacadamente, nas receitas de operações de crédito internas e externas e, nesse mesmo nível de agregação, nas despesas com amortização da dívida de refinanciamento.

O Balanço Orçamentário Consolidado do Município de Delfinópolis-MG é desdobrado em:



- CONTROLE INTERNO MUNICIPAL -

- Execução Orçamentária das Receitas (previsão inicial, previsão atualizada, realização e diferenças) e;
- Execução Orçamentária das Despesas (fixação e execução incluídos os créditos adicionais).

4.1. Do Orçamento do Município:

Em síntese, o Balanço Orçamentário Consolidado do Município de Delfinópolis-MG encontra-se distribuído da seguinte forma:

Receitas Orçamentárias	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a-b)
Receitas Correntes	51.334.700,00	49.011.997,94	2.322.702,06
Receitas de Capital	1.980.300,00	3.713.467,00	-1.733.167,00
Total das Receitas	53.315.000,00	52.725.464,94	589.535,06
Déficit Previsão/realizado	-	-	589.535,06

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada(f)	Saldo (i) = (e-f)
Despesas Correntes	50.436.248,35	46.147.959,17	4.288.289,18
Despesas de Capital	8.433.235,07	6.167.436,67	2.265.798,40
Reserva de Contingência	2.700,00	0,00	2.700,00
Total das Despesas	58.872.183,42	52.315.395,84	6.556.787,58
DÉFICIT DE EXECUÇÃO	-	-	6.556.787,58

4.4. Resultado Orçamentário:

No exercício de 2022, apurou-se um Déficit de Previsão Orçamentária das despesas no valor de R\$ 6.556.787,58, tal déficit se dá em razão do ano eleitoral, onde diversos recursos foram liberados aos municípios pelos governantes sem previsão orçamentária.



- CONTROLE INTERNO MUNICIPAL -

No exercício de apurou-se um Déficit de Execução Orçamentária das receitas no valor de R\$589.535,06, diferença essa que demonstra que o município arrecadou em quase sua totalidade as receitas previstas, evidenciando uma gestão eficiente dos recursos recebidos, com a otimização do orçamento municipal.

NOTA 5. Balanço Financeiro

Elaborado de acordo com a Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro Consolidado contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

INGRESSOS

Receita Orçamentária	52.725.464,94
Transferências Financeiras Recebidas	0,00
Recebimentos Extra-orçamentários	2.902.658,12
Restos a Pagar Inscritos no Período	5.176.540,04
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	6.726.373,75
Total dos Ingressos	67.531.036,85

DISPÊNDIOS

Despesa Orçamentária	52.315.342,34
Transferências Financeiras Concedidas	1.600.000,00
Pagamentos Extra-orçamentários	2.449.418,83



- CONTROLE INTERNO MUNICIPAL -

Restos a Pagar Pagos no Período	2.382.931,51
Saldo do Exercício Seguinte	8.783.344,17
Total dos Dispêndios	67.531.036,85

As receitas e despesas são divididas entre ordinários e vinculados. Dentre os Vinculados, os que apresentam entrada e aplicação mais significativos são aqueles destinados à Educação e Saúde.

5.2. Restos a Pagar

Conforme definição legal, os restos a pagar são divididos em Processados e Não Processados.

5.3. Depósitos

Referem-se a valores de terceiros, sendo em grande parte, composto pelas consignações efetuadas na folha de pagamento do servidor ou fornecedor, compreendendo retenção de impostos, planos de seguridade, pensão alimentícia judicial, previdência social, entre outros.

5.4. Saldo em Espécie

Essa conta compreende o somatório dos valores presentes nas instituições bancárias, contas movimento, aplicação e vinculadas.

5.5. Resultado Financeiro

No exercício de 2022, apurou-se um saldo disponível no valor de R\$2.056.970,42, o que evidencia uma gestão eficiente dos recursos recebidos e austeridade na contratação de novas despesas.



NOTA 6. Demonstração das Variações Patrimoniais

Elaborado de acordo com a Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Demonstração das Variações Patrimoniais é elaborada a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

A Demonstração das Variações Patrimoniais- DVP utiliza-se das contas contábeis do modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), isto é, variações patrimoniais diminutivas e variações patrimoniais aumentativas.

Quadro Demonstrativo

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	72.775.834,16
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	6.497.253,43
Contribuições	0,00
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	57.147.331,61
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação	2.840.617,50
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.290.631,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	72.775.834,16
Pessoal e Encargos	19.437.344,15
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.059.389,80
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	17.374.446,58
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.500.198,97
Desvalorização e Perda de Ativos	13.850.480,18
Tributárias	414.917,95



Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.743.313,04
RESULTADOPATRIMONIAL DO PERÍODO (SUPERÁVIT)	8.395.743,49

5.5 Resultado Patrimonial

No exercício de 2022, apurou-se um Superávit no valor de R\$8.395.743,49, o que evidencia aumento no patrimônio Líquido da Prefeitura de Delfinópolis - MG.

NOTA 7. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC Consolidado do Município de Delfinópolis-MG foi elaborada pelo método direto, de acordo com a 6ª edição do MCASP e a Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 08 da Secretaria do Tesouro Nacional.

A DFC evidencia os valores dos fluxos de caixa das atividades das operações, das atividades de investimentos e das atividades de financiamento, apresentando o saldo da geração líquida de caixa e equivalente de caixa, além dos saldos das disponibilidades financeiras iniciais e finais.

O saldo de geração líquida de caixa e equivalente de caixa, em 31/12/2022 foi de **R\$2.056.970,42**.

Quadro Resumo da Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.709.263,25
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	725.095,69
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-377.388,52
GER. LÍQ. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.056.970,42



- CONTROLE INTERNO MUNICIPAL -

Acerca da metodologia utilizada na elaboração da DFC, são apontadas as considerações:

- No subgrupo “Outros ingressos operacionais” estão somados os valores das Transferências Extra-orçamentárias Recebidas, descontos informados nas despesas do exercício, Restos a Pagar e Extra-orçamentárias, Receitas Extra-orçamentárias, Transferências de Numerário concedidas a outros órgãos.

- No subgrupo “Outros desembolsos operacionais” estão somados os valores dos pagamentos de Despesas Extra-orçamentárias e Transferências de Numerário recebidas de outros órgãos.

NOTA 8. Limites Constitucionais de Gastos

Assim como no exercício anterior, em 2022 foram cumpridos os limites legais de gastos concernentes às aplicações em educação, saúde, pessoal, dívida pública e Poder Legislativo, em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº 101/00 – LRF e outras legislações específicas, conforme valores e índices constantes do quadro a seguir:

GASTO	VALOR	ÍNDICE(%)	LIMITE LEGAL
Educação - (1)	R\$ 8.525.681,61	28,02%	25,0%
FUNDEB - (4)	R\$ 4.273.976,23	75,33%	70,0%
Saúde - (5)	R\$ 11.361.365,43	37,34%	15,0%
Pessoal Consolidado	R\$29.407.198,76	46,09%	60,0%
Pessoal Executivo / Autarquia / Fundação - (2)	R\$21.726.131,75	44,33%	54,0%
Repasse Legislativo - (3)	R\$ 1.600.000,00	6,01%	7,0%

Dados:

- (1) Valor aplicado em relação a receita total apurada, cujo montante em 31/12/2022 foi de R\$ 30.429.267,96;
- (2) Valor aplicado em relação à receita corrente líquida – RCL, cujo montante em 31/12/2022 foi de R\$ 49.011.997,94. O índice apresentado considera o gasto com inativos, portanto, obedece a metodologia determinada pela STN;



- CONTROLE INTERNO MUNICIPAL -

- (3) Valor aplicado em relação à receita de natureza tributária e transferências, apurada no exercício de 2021, cujo valor foi de R\$26.617.451,54, conforme disposto no art. 29A, Constituição Federal/1988.
- (4) Valor aplicado em relação à receita de Transferência do FUNDEB, Aplicações e saldo do exercício anterior, cujo montante em 31/12/2022 foi de R\$ 5.673.626,06;
- (5) Valor aplicado em relação à receita total apurada, cujo montante em 31/12/2022 foi de R\$ 30.429.267,96.

NOTA 9.Conclusão

A presente Nota Explicativa das Demonstrações Contábeis Consolidadas Aplicadas ao Setor Público – DCASP – foi elaborada com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão municipal, evidenciando a situação patrimonial do Município de Delfinópolis - MG, a fim de tornar mais transparente os dados contidos nos Demonstrativos apresentados resultantes da gestão do exercício de 2022.

Delfinópolis-MG, 31de Março de 2023.

Beatriz Serrat Ataíde de Faria
Contadora Geral do Município de Delfinópolis - MG
CRC-MG: 1SP234092

Cleidisson Xavier dos Santos
Assessor Contábil
CRC-MG 053764/O



CÂMARA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 407, Centro - CEP: 37910-000 - Delfinópolis-MG

CNPJ: 04.492.224/0001-19 - Fone: (35) 3525-1676

E-mail: camaradelfinopolis@gmail.com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – DCASP ISOLADO CÂMARA

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Câmara Municipal de DELFINÓPOLIS, Estado de Minas Gerais, possui a estrutura administrativa voltada para o cumprimento do seu objetivo de atuação como órgão fiscalizador e legislador no município.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais que regulam o tema, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP), as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) e as demais disposições normativas vigentes, tais como a Instrução Normativa 03/2015 do TCE-MG e também conforme a introdução e o item 3 do leiaute dos arquivos postados no Portal do SICOM.

NOTA 3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de acordo com a IPC 07, de autoria da Secretaria do Tesouro Nacional, demonstra as receitas e despesas previstas/fixadas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário não apresenta receitas, por se tratar de transferências financeiras advindas do Poder Executivo. Quanto à despesa, tem as mesmas demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária e de outras dívidas constam, destacadamente, no demonstrativo, mas por se tratar de Câmara Municipal os seus valores são zero.

Também compõem o balanço orçamentário isolado da Câmara dois quadros demonstrativos de execução de Restos a Pagar, sobre os quais podem ser observadas as inscrições de R.P. Processados e R.P. não Processados. Entende-se por R.P. Processados aqueles em que o estágio de Liquidação da despesa já tenha ocorrido, ou seja, houve a verificação do direito líquido e certo do credor. Entende-se por R.P. não Processados aqueles em que o estágio de Liquidação da despesa ainda não ocorreu, ficando tal confirmação para o exercício seguinte.

Receitas e Despesas

As receitas orçamentárias são iguais a zero e as despesas foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163, de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os detalhamentos previstos na DISCRIMINAÇÃO DAS NATUREZAS DE RECEITA COMPATIBILIZADA COM AS FONTES DE RECURSOS, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, levando em consideração o Plano de Contas aplicado ao setor público,



CÂMARA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 407, Centro - CEP: 37910-000 - Delfinópolis-MG

CNPJ: 04.492.224/0001-19 - Fone: (35) 3525-1676

E-mail: camaradelfinopolis@gmail.com

devidamente relacionado com as contas correntes relacionadas com as receitas e despesas, sendo para as receitas as rubricas devidamente codificadas e para as despesas o relacionamento com os órgãos, unidades, dotações orçamentárias completas e fontes de recursos.

NOTA 4 – BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com a Instrução de Procedimento contábil (IPC) 07, o Balanço Financeiro evidencia os ingressos extras orçamentários e as transferências financeiras e as despesas orçamentárias, bem como os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

Neste Balanço Financeiro pode ser observada a transferência financeira recebida do Poder Executivo, cuja aplicação foi destinada à manutenção do Poder Legislativo, nos termos do art. 29 A da Constituição da República.

NOTA 5 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial foi apresentado nos padrões exigidos pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04, de autoria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). É a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

O Balanço Patrimonial é composto por quatro quadros demonstrativos, sendo: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação; e quadro do Superávit/ Déficit Financeiro.

Podem-se utilizar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

5.1 Ativo

São recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Passivo

São obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Patrimônio Líquido

É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Contas de Compensação

Compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Não existe saldo para esta conta por se tratar de Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 407, Centro - CEP: 37910-000 - Delfinópolis-MG

CNPJ: 04.492.224/0001-19 - Fone: (35) 3525-1676

E-mail: camaradelfinopolis@gmail.com

Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é avaliado segundo seu custo de aquisição. Compõe a conta de Ativo Imobilizado os bens móveis, os bens imóveis, a conta denominada Obras em Andamento, que por ocasião do tombamento do bem específico terá seus valores transferidos às respectivas contas patrimoniais. Como advento das novas normas de contabilidade, o ingresso no ativo imobilizado passou a ter a sua origem na liquidação de despesas de capital a exemplo 44.90.51, 44.90.52 e 44.90.61.

Ativo Intangível

O Ativo intangível é avaliado segundo seu custo de aquisição.

A Câmara não tem registros atuais relacionados com ativos intangíveis.

Depreciação, Amortização e Exaustão.

Os bens adquiridos somente terão iniciada a depreciação/amortização/exaustão quando forem reavaliados, o que para o nosso município há o prazo inicial de exigência a partir de 01/01/2021 por se tratar de município com menos de 50 mil habitantes, enquanto para os com mais o prazo de exigência é a partir de 01/01/2020, nos termos da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Obrigações a longo prazo

A Câmara não tem parcelamentos de débitos junto ao INSS, FGTS e etc. ficando tal responsabilidade junto ao Poder Executivo Central, na entidade Prefeitura Municipal.

Provisões matemáticas previdenciárias

Não constam registros neste grupo de contas por não se tratar de entidade de Regime Próprio de Previdência Social.

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro considera o critério adotado pela Lei 4.320/64 em que apura o superávit financeiro para efeito de fonte de recursos para créditos adicionais. Logo, ele leva em consideração as contas com saldos devidamente identificadas pelo atributo "F", nos termos propostos pela normatização.

Quadro das contas de compensação

Este quadro considera todas as contas da Classe 8 do Plano de Contas aplicado ao setor público (PCASP) de Atos Potenciais em que o saldo é diferente de zero, ou seja, os Atos Potenciais destacados ainda têm saldos a executar. Neste caso, os ativos estão relacionados com os direitos dos contratos e convênios ou mesmo garantias devidas a administração, enquanto os passivos são aqueles em que os saldos destes mesmos instrumentos se referem a obrigações da administração.

Quadro do superávit/déficit financeiro

Este quadro considera todas as contas 821110000 Disponibilidade por destinação de Recursos, segregadas por fonte/destinação de recursos, nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, por ser o órgão fiscalizador ao qual este Município é jurisdicionado. Algumas contas contêm déficits e outras superávits, mas no cômputo global elas representam a diferença entre o Ativo e o Passivo Financeiro apontado pelo item 5.11 acima, referente a Ativos e Passivos Financeiros Permanentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 407, Centro - CEP: 37910-000 - Delfinópolis-MG

CNPJ: 04.492.224/0001-19 - Fone: (35) 3525-1676

E-mail: camaradelfinopolis@gmail.com

NOTA 6 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais é elaborada a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente, demonstradas por meio de resultado das classes 3 e 4 do Plano de Contas aplicado ao setor público.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (Classe 4) e diminutivas (Classe 3). O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

O Resultado Patrimonial da Câmara é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas.

NOTA 7 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Nos termos da Instrução de Procedimento Contábil (IPC) 08, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa apresentam as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacionais, de investimento e de financiamento.

Foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregadas nos fluxos de operações, de investimentos e de financiamentos. A soma dos três fluxos corresponde à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do exercício atual com o mesmo saldo apontado no exercício anterior.

Visa à demonstração da liquidez em cada um dos fluxos de caixa, em que são incluídos os restos a pagar. O valor do fluxo de caixa é a diferença entre os ingressos e os desembolsos de cada um dos fluxos, conforme o Demonstrativo desta Câmara.

NOTA 8 – CONCLUSÃO

A presente Nota Explicativa foi elaborada com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão municipal, evidenciando de forma analítica a situação da instituição, a fim de tornar mais transparente os dados enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Delfinópolis 24 de março de 2023.

ALESSANDRO
ANDRADE DA
CRUZ:08003492610

Assinado de forma digital
por ALESSANDRO ANDRADE
DA CRUZ:08003492610
Dados: 2023.03.24 13:50:59
-03'00'

Alessandro Andrade da Cruz
Contador
CRC/MG – 124639/O